

Avaliação da educação básica: o impacto das políticas para a rede estadual de ensino de Minas Gerais

Assessment of primary education: the impact of policies on the state system of Minas Gerais teaching

Jordana Luisa Mota Silva

Graduada em Letras pelo Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM) e pós-graduanda em Língua Portuguesa pelas Faculdades Integradas de Jacarepaguá (FIJ).
E-mail: jordana-lms@hotmail.com

Resumo: Com base na relação direta existente entre avaliações sistêmicas e a criação de políticas públicas educacionais, o presente trabalho foi empreendido visando produzir um estudo sobre as avaliações de desempenho escolar de ensino fundamental, segunda fase, do estado de Minas Gerais, no período 2003-2010, identificando resultados e políticas públicas educacionais do governo vigente, em decorrência desses resultados. Para a execução deste trabalho, foram realizadas pesquisas bibliográfica, documental e webliográfica, com o intuito de analisar, por meio de dados principalmente governamentais, as políticas educacionais de MG e as avaliações sistêmicas estaduais e federais. Os resultados permitem afirmar que Minas precisa agir com foco em relação às ações educacionais, mantendo, como base, seu sistema de avaliação, a fim de atingir suas metas e consolidar sua qualidade educacional.

Palavras-chave: Avaliação sistêmica. Escola pública. Rede estadual de educação. Minas Gerais. Qualidade educacional.

Abstract: Based on the direct relationship between systemic evaluations and the creation of educational public policies, this work has been undertaken in order to produce a study concerning the evaluation of primary and Fundamental school performance of Minas Gerais State from 2003 to 2010, identifying results and public educational policies of the current government, in consequence of this results. For the implementation of this work, bibliographic, documental and online researches were conducted in order to analyze, mainly through government data, the educational policies of Minas Gerais and the State and Federal systemic evaluations. The results allow us to affirm Minas Gerais State needs to act focusing on educational actions, maintaining as a base its evaluation system, in order to achieve its goals and consolidate its educational quality.

Keywords: Systemic Evaluation. Public School. State Educational Network. Minas Gerais State. Educational Quality.

1 Considerações iniciais

No Brasil, o primeiro apontamento legal ao que chamamos de “qualidade da educação” pode ser encontrado na Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988. No capítulo III, seção I, que trata das disposições gerais referentes à educação, percebe-se preocupação com relação à garantia do padrão de qualidade educacional,

visto que é um dos princípios básicos sob os quais será ministrado o ensino (BRASIL, 1988).

Além disso, a Constituição prevê que a União deverá apoiar os sistemas de ensino, mediante assistência técnica e financeira aos Estados e Municípios, bem como elaborar o plano nacional de educação, conduzindo à melhoria da qualidade educacional.

Assim como a Constituição, em 1990, a Declaração Mundial de Educação para Todos, documento elaborado a partir do reconhecimento da importância da educação, com o intuito de garantir uma educação equitativa e de qualidade a todos, como um direito do cidadão, veio salientar, também, a questão da qualidade do ensino (UNESCO, 1990).

Após 1996, essa questão foi ainda mais discutida. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, regulamentando a Constituição Federal em questões de educação escolar e incorporando influências da Declaração Mundial de Educação para Todos, determinou que, para a garantia/melhoria da qualidade do ensino e definição de prioridades, a União deverá assegurar um processo de avaliação do rendimento escolar nacional para o ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino. Observando essa determinação, já se depreende que a qualidade da educação deverá ser explorada e aplicada pelo governo e, em consequência, pelos sistemas de ensino, a fim de que possa também ser exigida (BRASIL, 1996).

Para Franco (1994 *apud* BARRETO, 2001, p. 51), o conceito de qualidade de ensino deve ser considerado como “um produto histórico e social que reflete um posicionamento político e ideológico orientado por diferentes expectativas, que incorporam demandas diversificadas e mutáveis ao longo do tempo”. Em face do exposto e diante dos posicionamentos apresentados acerca de uma Qualidade Educacional, considera-se que, como um imperativo mundial e, principalmente no Brasil, desde 1930, a avaliação de desempenho escolar vem sendo estudada e pesquisada, com vistas a orientar sobre suas influências na melhoria da qualidade da educação, por meio do desenvolvimento de políticas educacionais eficazes.

Nesse contexto, o tema deste trabalho é estudar a avaliação dos sistemas de ensino do Brasil, traçando o percurso das escolas do estado de Minas Gerais nas avaliações de desempenho escolar da União (segunda fase do ensino fundamental) durante o período compreendido entre 2003-2010 (governo Aécio Neves) e apontando as principais políticas públicas adotadas pelo governo vigente para a definição de soluções quanto aos problemas e para a melhoria da qualidade do ensino no referido estado.

Para o desenvolvimento deste trabalho, traça-se, como objetivo geral, o intuito de produzir um estudo sobre as avaliações de desempenho escolar do ensino fundamental, segunda fase, do estado de Minas Gerais, no período supracitado, identificando resultados e políticas públicas educacionais do governo vigente, em decorrência desses resultados. Além disso, apresentam-se, também, os objetivos específicos, que são: estudar e conhecer as avaliações de sistemas de ensino do Brasil; analisar os resultados obtidos pelas escolas do estado de Minas nas avaliações do governo federal (2003-2010); traçar uma trajetória do desempenho das escolas do estado de MG nas avaliações da União; levantar as principais políticas públicas

implantadas nos oito anos do governo Aécio, no estado de MG e verificar se houve ou não melhoria significativa na qualidade do ensino de MG nesse período e se as políticas públicas implantadas têm alguma relação com essa melhoria.

Entende-se que desenvolver um projeto que aborde questões como as avaliações do ensino do país e as atuais políticas públicas educacionais implantadas, sejam estaduais ou federais, justifica-se pelo fato de o estudo dessas questões ainda ser deficitário na área da educação. Sabe-se que é necessário avaliar, ser avaliado e atingir metas como resultados, mas desconhece-se hoje a finalidade pela qual as avaliações deveriam ser aplicadas e quais as medidas deveriam ser tomadas pela escola e pelo governo, com vistas a combater os problemas e elevar os índices que apontam para a qualidade da educação de um país, estado ou município.

Outro fator de relevância do presente estudo é a oportunidade que ele constitui de verificar, por meio das avaliações dos sistemas de ensino, a melhoria (ou não) da qualidade do ensino do Estado de Minas Gerais e se essa melhoria tem relação direta com a implantação de políticas educacionais. Tal fato poderá contribuir para a atuação do professor, visto que, conhecendo as políticas educacionais, terá condições de elaborar e executar seus planejamentos com mais qualidade política e pedagógica.

Esse estudo também se mostra providencial no sentido de tornar públicos os programas e/ou projetos educacionais desenvolvidos pelo Governo do Estado, incentivar pesquisadores a produzir e buscar mais conhecimentos acerca do tema e colaborar com as gestões escolares, incentivando-as a conhecer melhor os sistemas em que estão inseridas e, por meio do aparato oferecido pelo Estado, melhorar cada vez mais a qualidade do ensino oferecido.

2 Referencial teórico

Estão aqui empreendidos esboços teóricos acerca das avaliações educacionais, estabelecida uma relação entre avaliação e políticas públicas e apresentado o sistema de avaliação no país, a fim de comprovar o que apontam Araújo e Luzio (2005) acerca do tema em estudo.

Garantir melhor qualidade do ensino-aprendizagem é central para a educação brasileira. É crucial para a cidadania, para a efetiva garantia da igualdade de oportunidades na sociedade. A avaliação permite localizar de forma objetiva muito dos percalços no alcance de melhor qualidade educacional. É importante que sejam considerados os dados e deles se faça uso efetivo, como uma boa bússola para planejar e agir em favor de melhorias. (ARAÚJO; LUZIO, 2005, p.10)

2.1 Avaliação: definições e importância

Discutir o conceito de avaliação é, hoje, um desafio. Acredita-se que a avaliação sirva, principalmente, para medir o quanto algo ou alguém é eficiente em determinado aspecto, porém, devemos, sobretudo, entender qual a finalidade de se avaliar. Nesse contexto, Belloni, Magalhães e Sousa (2003, p. 15) afirmam que a avaliação é “um

processo sistemático de análise de uma atividade, fatos ou coisas que permite compreender, de forma contextualizada, todas as suas dimensões e implicações, com vistas a estimular seu aperfeiçoamento”. (p. 15)

A observação dos autores vem corroborar com a ideia defendida neste trabalho, de que a avaliação não tem fim em si mesma, é um meio, uma ação diagnóstica que deve apontar caminhos para a qualidade.

Nessa perspectiva da definição de avaliação no que diz respeito ao contexto escolar, Teixeira e Oliveira (2002) salientam que

avaliar é mais que dizer quanto um aluno sabe de um conteúdo trabalhado em sala de aula. É refletir sobre a adequação desse resultado a finalidades esperadas no processo educativo, sobre o desenvolvimento de nosso trabalho como professores, sobre quanto nos aproximamos de realizar a educação como um direito para cada um de nossos alunos. A avaliação educacional tanto pode estar dirigida à verificação do rendimento escolar, no que diz respeito ao desempenho dos alunos, como ao desempenho do sistema. Ou, ainda, ser um processo de autoavaliação das escolas em que as outras modalidades de avaliação sejam consideradas, mas não se coloquem como limite à reflexão coletiva da comunidade escolar sobre o processo educativo. (p.139)

Sob essa ótica, podemos inferir, tratando-se da avaliação no contexto educacional, que sua finalidade é exatamente a medição da qualidade educacional oferecida e que, a partir dos resultados da mesma, devem ser estabelecidas metas que visem à melhoria do ensino, seja em uma escola, um sistema, município, estado ou país.

Sabe-se, também, que a avaliação educacional é de fundamental importância, não só para o governo, como para a própria sociedade. Para o Estado, significa a oportunidade de agir sobre um dos maiores problemas enfrentados mundialmente: atingir a expectativa da qualidade educacional, além de apresentar soluções eficazes no que diz respeito à melhoria do ensino, visando garantir o direito de todo cidadão: a própria educação. Para a escola, ela pode ser vista como um meio pelo qual conseguirá a delimitação dos problemas de desempenho, a fim de definir estratégias de intervenção sobre eles (elevando seus índices), atingir as metas/estimativas e apresentar, ao aluno e à comunidade, alternativas para uma aprendizagem significativa. Nesse contexto, Barreto (2001) afirma que

do ponto de vista da função educacional da escola, a ênfase no processo e nas condições gerais em que é oferecido o ensino torna-se condição essencial para educadores, alunos e as próprias instituições educacionais usufruírem do potencial redirecionador da avaliação, não só no sentido de potencializar condições para um efetivo domínio dos conhecimentos pelos estudantes, como para uma formação que se estende a outras esferas. (p.66)

Ainda acerca da importância da avaliação, Barreto (2001, p. 66) conclui que “do ponto de vista da população usuária dos serviços educacionais, a quem não interessam diretamente os processos internos dos estabelecimentos escolares, são os resultados

apresentados pelos alunos aqueles que se prestam à validação social das funções exercidas pela escola". De acordo com Araújo e Luzio (2005, p. 9), a avaliação "é importante também para a sociedade, pois a informa sobre a qualidade do serviço público educacional ofertado a ela".

2.2 Avaliação e políticas públicas: inter-relação

Como já fora previamente estabelecida a definição de avaliação, será estabelecida uma rápida definição sobre o conceito de políticas públicas. Para Franco, Alves e Bonamino (2007, p. 992), "a análise de políticas educacionais se beneficia da consideração das políticas como conjunto relativamente articulado de medidas, relacionadas com seu contexto social e político". Considerando o exposto, podemos afirmar com relação às políticas públicas educacionais, que elas compreendem todo conjunto de medidas/estratégias adotadas por um governo, a fim de buscar soluções para quaisquer problemas na área da educação, garantindo, assim, a excelência na qualidade do ensino.

Sabe-se, ainda, que avaliação e políticas educacionais devem andar em sintonia. Para a criação e implantação das políticas públicas educacionais e para a garantia da efetivação, ou seja, do desenvolvimento eficaz das mesmas, é necessário um sistema de avaliação que defina resultados e aponte para determinados problemas que são analisados pelo governo (do estado, federal ou municipal). A partir desses, poderão ser implantados projetos e programas visando elevar os indicadores, para atingir os objetivos traçados, bem como para traçar metas a serem cumpridas pelos sistemas de ensino, de acordo com os subsídios oferecidos por esses governos.

Assunto bastante discutido, a criação de políticas públicas educacionais que sejam implantadas e que mostrem, a partir dos indicadores, resultados satisfatórios é alvo de críticas ferozes no que diz respeito, principalmente, aos sistemas de avaliação dos estados e do país. Para muitos estudiosos, a avaliação e os referidos sistemas são, hoje, uma forma de resposta às demandas decorrentes das transformações globais e até mesmo de garantia de um status ou nivelamento do país/estado com os demais. Assim, postula Sousa (1997) que

o discurso que enfatiza a urgência de se enfrentar e resolver o deteriorado quadro da realidade educacional brasileira, particularmente do ensino básico, é hoje "unanimidade nacional". Observa-se, no entanto, que os argumentos que têm sido mais utilizados, particularmente pelos responsáveis pela gestão das políticas educacionais, não são aqueles que se sustentam na luta pela educação, enquanto direito do cidadão e condição para sua participação política e social, mas aqueles que têm enfatizado ser a educação condição para o desenvolvimento econômico e para inserção do Brasil no grupo dos países desenvolvidos. (p.264)

Nesse sentido, a própria Constituição brasileira é desprezada, pois define a educação como um processo de formação para "o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (BRASIL, 1988). Quando a qualidade do ensino está deteriorada, as políticas públicas devem ser

direcionadas para o atendimento às necessidades básicas do indivíduo e das famílias. O desenvolvimento econômico poderá vir em decorrência do resgate da cidadania, mas não o contrário.

Assim, há os que defendam a implantação de sistemas de avaliação no sentido de garantir uma educação de qualidade por meio da implantação de políticas educacionais. Porém, a realidade educacional aponta para uma centralização no processo avaliativo, deixando de lado a efetivação desse processo por meio do desenvolvimento e aplicação de políticas educacionais e do incentivo (oferta de subsídios) para a efetivação das mesmas. Nesse contexto, corroboram Araújo e Luzio (2005, p. 9) afirmando que “a avaliação é importante para os governos, pois ela mostra se os recursos públicos aplicados em políticas educacionais estão propiciando uma educação de qualidade”.

Ressaltam, também, Franco, Alves e Bonamino (2007, p. 1004) sobre o fato de ser “inegável que os dados da avaliação em larga escala ofereçam oportunidade ainda ímpar para que se investiguem, empiricamente, as consequências de políticas e práticas educacionais”, concluindo, ainda, que “o desafio da qualidade hoje não pode ser enfrentado sem alterações profundas na agenda de políticas educacionais”.

2.3 O sistema de avaliação do Brasil

Deve-se pensar nos sistemas nacionais de avaliação como ferramentas por meio das quais poderá ser conduzido um governo à implantação de políticas públicas em prol da qualidade da educação. No Brasil, como exemplo de eficiência em sistemas de avaliação, cita-se o SAEB, que é conceituado por Araújo e Nilzo (2005, p. 13):

o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) é uma das primeiras ações brasileiras para conhecer os resultados de aprendizagem dos alunos. Constitui-se, hoje, o mais amplo instrumento de avaliação externa da qualidade do desenvolvimento de habilidades e competências dos estudantes do País e um dos mais sofisticados e amplos sistemas de avaliação em larga escala da América Latina. O Saeb foi elaborado e desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), do Ministério da Educação, fundado na década de 1930.

O Saeb vale-se dos resultados das avaliações aplicadas pelo governo federal para a elaboração de metas e índices, que devem ser utilizados pelos próprios governos. Nesse sentido, Sousa (1997, p. 276) define-o como um sistema de monitoramento contínuo, capaz de subsidiar as políticas de ensino. Posto isso, pode-se concluir que esse sistema apresenta testes com a finalidade de apoiar os municípios, estados e a União na elaboração de políticas educacionais que permitam uma ação efetiva por parte dos entes federados.

O Sistema de Avaliação da Educação Básica é composto por duas avaliações complementares. A primeira, denominada Aneb – Avaliação Nacional da Educação Básica, abrange, de maneira amostral, os estudantes das redes públicas e privadas do país, localizados na área rural e urbana e matriculados no 5º e 9º anos do ensino

fundamental e também no 3º ano do ensino médio. Nesses estratos, os resultados são apresentados para cada unidade da federação, região e para o Brasil como um todo.

A segunda, denominada Anresc - Avaliação Nacional do Rendimento Escolar, é aplicada censitariamente a alunos de 5º e 9º anos do ensino fundamental público, nas redes estaduais, municipais e federais, de área rural e urbana, em escolas que tenham no mínimo 20 alunos matriculados na série avaliada. Nesse estrato, a prova recebe o nome de Prova Brasil e oferece resultados por escola, município, unidade da federação e país, que também são utilizados no cálculo do Ideb (BRASIL, 2011a).

No que diz respeito ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, seus resultados se iniciaram em 2005, a partir de quando foram estabelecidas metas bienais de qualidade a serem atingidas não apenas pelo país, mas também por escolas, municípios e unidades da Federação (BRASIL, 2011b). Seus indicadores, como postula Fernandes (2007), são de duas ordens: a) indicadores de fluxo (promoção, repetência e evasão) e b) pontuações em exames padronizados obtidas por estudantes ao final de determinada etapa do sistema de ensino (4ª e 8ª séries do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio).

Sousa (1997, p. 276-278) aponta para algumas das razões que têm sido trabalhadas na literatura divulgada no Brasil, visando evidenciar o significado (importância) da implantação de sistemas de avaliação de rendimento escolar. Afirma que “são argumentos que têm tido maior visibilidade, os quais, no limite, expressam uma concepção do papel do Estado na condução das políticas educacionais”. São eles: a possibilidade de compreender e intervir na realidade educacional, a necessidade de controle de resultados pelo Estado, o estabelecimento de parâmetros para comparar e classificar as escolas, o estímulo à escola e ao aluno por meio de premiação e a possibilidade de controle público do desempenho do sistema escolar.

Além disso, pode-se acrescentar que o Saeb, articulando uma matriz de conteúdos e habilidades que tem base nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, permite que sejam avaliados os conteúdos já desenvolvidos em sala de aula, além de incentivar o reforço do ensino no que tange à aprendizagem de conteúdos considerados base. Peroni (2003 *apud* BRASIL, 1995), corroborando com essa ideia e apontando a importância da relação dos sistemas de avaliação com os PCN, afirma que esses “são referência básica para a atuação do professor em sala de aula, em qualquer ponto do país, como para os conteúdos dos livros didáticos e para os processos de avaliação do desempenho do sistema de educação nacional.” Define-se, assim, a importância da implantação de sistemas de avaliação, sejam nacionais, estaduais ou municipais e do apoio do governo sobre esses sistemas, a fim de subsidiar a criação/implantação de políticas educacionais.

3 Metodologia

Para o desenvolvimento deste trabalho, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, visando investigar os estudos produzidos a respeito de avaliações de desempenho dos sistemas de ensino no Brasil.

A seguir, foi feita uma pesquisa documental, com vistas a analisar as políticas educacionais criadas e implantadas pelo governo de Minas Gerais nos últimos oito

anos. Para Lakatos e Marconi (1985, p. 166), a pesquisa documental é de grande importância, principalmente no que diz respeito aos arquivos públicos, pois “as informações encontradas nos arquivos públicos (nacionais, estaduais ou municipais) são muito amplas e de grande utilidade para a pesquisa científica”.

Finalmente, foi elaborada uma pesquisa webliográfica, com o objetivo de levantar dados sobre as avaliações federais e estaduais, bem como os resultados obtidos pelas escolas do estado de Minas Gerais nas referidas avaliações. Também nessa mesma fonte, foram investigados os sistemas de avaliação e os projetos educacionais do governo mineiro, no período de 2003 a 2010.

4 Análise e discussão dos resultados

A rede estadual de ensino, com base no organograma disponibilizado pela Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais, é composta pela Secretaria Estadual de Educação – SEE MG, suas assessorias, subsecretarias, superintendências e escolas. De acordo com o portal eletrônico da SEE MG, o estado de Minas compreende, hoje, um total de 853 municípios e 46 Superintendências Regionais de Ensino, possuindo 3.925 escolas estaduais (educação básica), 10.169 escolas municipais e 29 escolas federais

A missão de seu órgão maior, a SEE MG, é planejar, dirigir, executar, controlar e avaliar as ações setoriais a cargo do Estado relativas à garantia e à promoção da Educação, com a participação da sociedade, com vistas ao pleno desenvolvimento da pessoa e a seu preparo para o exercício da cidadania e para o trabalho (MINAS GERAIS, 2007).

Como uma de suas funções, o governo do estado de Minas criou, em 2000 – durante o governo Itamar Franco –, o Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (SIMAVE), responsável pelo desenvolvimento de programas de avaliação integrados e com o intuito de aferir, por meio das avaliações de desempenho, todas as dimensões do sistema educacional da rede pública estadual. Esse sistema é, ainda hoje, referência para os demais estados brasileiros, pois se trata de um dos sistemas de avaliações estaduais mais consolidados no país. Antes disso, no final dos anos 80, o governo mineiro já avaliava o desempenho de suas escolas, de modo que o SIMAVE veio sistematizar iniciativas anteriores.

Em 2003, já no governo Aécio Neves, o SIMAVE, com o intuito de aperfeiçoar seus métodos, instrumentos e logística, foi ampliado. Passou, então, a atuar em duas modalidades, complementares e integradas: a primeira é a avaliação interna da escola, por meio do Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar – PAAE. A segunda modalidade é a avaliação externa do sistema de ensino, através do Programa de Avaliação da Alfabetização - PROALFA e do Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica - PROEB (MINAS GERAIS, 2011a).

Apresentam-se os seguintes objetivos para cada programa:

- PAAE: foi criado para as escolas da rede estadual de Minas Gerais. Pioneiro no Brasil, sua concepção pedagógica, traduzida para um sistema *online*, possibilita agilidade na aplicação de provas e rapidez na obtenção de dados diagnósticos. Seu

objetivo é identificar necessidades imediatas de intervenção pedagógica (MINAS GERAIS, 2011b).

- PROALFA: verifica os níveis de alfabetização alcançados pelos alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, da rede pública, sendo censitária no 3º ano. Os resultados dessa avaliação são usados para embasar as intervenções necessárias no processo de alfabetização/letramentos dos alunos (MINAS GERAIS, 2011c).

- PROEB: tem por objetivo avaliar as escolas da rede pública, no que concerne às habilidades e competências desenvolvidas em Língua Portuguesa e Matemática. Não se trata, portanto, de avaliar individualmente o aluno, o professor ou o especialista. O Proeb avalia alunos que se encontram no 5º ano e 9º ano do Ensino Fundamental e no 3º ano do Ensino Médio (MINAS GERAIS, 2011d).

Esses programas fazem parte, até hoje, dos Projetos Estruturadores do Governo de Minas e são desenvolvidos, por meio do SIMAVE, com o intuito de auxiliar na melhoria da qualidade educacional em MG. Assim, afirma o site governamental que

é por meio desse trabalho, que a Secretaria de Estado de Educação consegue identificar necessidades, problemas e demandas do sistema e das escolas, auxiliando no planejamento de ações em diferentes níveis e momentos que objetivam a melhoria da educação pública da rede estadual (ensino fundamental e médio) em Minas Gerais. (MINAS GERAIS, 2011a)

Resta investigar se tais ações estão cumprindo seus objetivos.

4.1 O desenvolvimento de políticas para a rede estadual de ensino e os resultados das avaliações sistêmicas

Para a elaboração e o desenvolvimento de políticas públicas educacionais, o Estado de Minas conta não só com seu próprio Sistema de Avaliação, mas também com as avaliações do SAEB e com o IDEB, de responsabilidade do governo federal (Já descritos em 2.3).

Na busca de informações sobre políticas educacionais da rede estadual de ensino de Minas Gerais, com vistas a analisar resultados obtidos nessas avaliações, encontram-se, no site da SEE MG, alguns dos programas e ações que são desenvolvidos há algum tempo. Esses programas estão subdivididos em Estruturadores e Complementares. Os primeiros são aqueles que dão base à rede estadual de ensino, no que diz respeito às ações: Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública - Simave, Programa de Capacitação à Distância para Gestores Escolares, Acelerar Para Vencer, Escola de Tempo Integral, Escola Viva, Comunidade Ativa, dentre outros. Em seguida, os Complementares são aqueles que desenvolvem ações em áreas específicas da educação: Programa de Educação Ambiental, Projovem Campo - Saberes da Terra, Saberes de Minas, Escolas em Rede, Programa de Intervenção Pedagógica (PIP), dentre outros.

Afirmam Prado e Oliveira (2006) a respeito dos Projetos Estruturadores que a experiência inovadora do governo de Minas com os esses projetos tem despertado a

curiosidade e o interesse de outras administrações, fazendo com que o governo do Estado passe a exercer o papel de impulsionador de grandes transformações sociais.

Entretanto, não basta que políticas públicas sejam consideradas como boas ideias se, no confronto com a prática, não conseguem cumprir objetivos e/ou realizar metas. Planejamento e execução, nesse caso, têm o mesmo peso: a iniciativa pode ser plena de perspectivas, mas seu grande teste está na efetiva implantação e consolidação.

Dentre esses programas, apontam-se aqueles que influenciam diretamente na qualidade da educação do estado, que têm maior impacto no ensino fundamental, segunda fase, e que envolvem a qualificação de profissionais, o atendimento extra-turmo, a melhoria da infraestrutura, o atendimento às necessidades específicas de regiões.

4.1.1 Programas estruturadores

- Programa de Capacitação à Distância para Gestores Escolares

Esse projeto busca melhorar o desempenho das escolas por meio da definição e implantação de padrões básicos relacionados à gestão escolar, à rede física e aos recursos didático-pedagógicos voltados para o aprendizado do aluno e para a eficiência operacional. As ações propostas são a implantação de sistema de certificação de dirigentes escolares, do projeto Escolas em Rede, e a melhoria da infraestrutura física, mobiliário e equipamentos escolares.

Mais de 12,4 mil dirigentes foram certificados. Desses, 3,4 mil já estão na direção de escolas que atendem 90% dos alunos da rede estadual. A capacidade dos gestores escolares de criar as condições de educabilidade são fatores escolares que influenciam positivamente no desempenho dos estudantes, segundo a SEE MG (MINAS GERAIS, 2011e).

- Programa de Desenvolvimento Profissional (PDP)

Este projeto tem como foco melhorar o desempenho profissional dos professores do ensino fundamental e médio. Essa ação está sendo executada em etapas: a primeira foi a capacitação de coordenadores dos 153 GDPs (Grupo de Desenvolvimento Profissional). A segunda etapa será focada no aperfeiçoamento, consolidando o Programa de Avaliação de Desempenho Individual.

Segundo a SEE MG, o desenvolvimento profissional é resultado de um processo dinâmico e coletivo, por isso, a estratégia do Projeto de Desenvolvimento Profissional (PDP) baseia-se na constituição de grupos autogerenciados de estudo, reflexão e ação, denominados Grupos de Desenvolvimento Profissional (GDP). Tais grupos se articulam em torno da concepção e execução de um projeto que conta com o apoio da Secretaria Estadual de Educação. Ao constituir e participar de um GDP, os educadores se envolvem em um processo de mútua aprendizagem. Trata-se, portanto, de um processo de formação continuada de docentes (MINAS GERAIS, 2011f).



- Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública - Simave

Avaliar para avançar, ou melhor, para continuar avançando. Essa é uma das missões anunciadas do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (SIMAVE). É por meio desse trabalho que a Secretaria de Estado de Educação acredita identificar necessidades, problemas e demandas do sistema e das escolas, auxiliando no planejamento de ações em diferentes níveis e momentos, que objetivam a melhoria da educação pública da rede estadual (ensino fundamental e médio) em Minas Gerais.



O trabalho do SIMAVE é realizado por meio de parcerias estratégicas, que asseguram metodologias para verificar o desempenho do sistema e, ao mesmo tempo, incorporam um “olhar externo” sobre a realidade da rede pública estadual de ensino. Esse olhar, afirma a SEE MG, é fundamental para uma avaliação imparcial, buscando sempre identificar problemas a serem resolvidos e demandas a serem supridas, contribuindo para desenvolver ações de melhoria na qualidade da educação no estado.

Coordenado pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, o SIMAVE conta com a parceria do Instituto Avaliar (Organização da sociedade civil, sem fins lucrativos), de Belo Horizonte, para o desenvolvimento do PAAE. Já o PROALFA, é realizado em parceria com o Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (Ceale), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (Caed), da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). O PROEB também conta com a parceria do CAEd (MINAS GERAIS, 2011a).

- Escola de Tempo Integral

O Escola de Tempo Integral é um projeto estruturador do Governo de Minas, por meio da Secretaria de Estado de Educação, que nasceu em 2005 de uma experiência bem-sucedida dentro do projeto Escola Viva, Comunidade Ativa: o Aluno de Tempo Integral. Lançado como projeto estruturador em 2007, o programa, que foi criado para atender, prioritariamente, crianças e jovens que vivem em áreas de grande vulnerabilidade social, foi ampliado também para benefício do aluno com baixo desempenho escolar.



A principal proposta do projeto é melhorar a aprendizagem dos alunos do ensino fundamental que demandam maior atenção do Sistema Educacional, ampliando a sua permanência diária na escola, de forma a elevar a qualidade do ensino, ampliar a área de conhecimento do aluno, permitindo uma visão mais globalizada dos conteúdos curriculares, promover o atendimento do aluno com defasagem de aprendizagem, reduzir a possibilidade de reprovação - tendo em vista que o aluno terá, no extra-turno, atividades para o desenvolvimento de suas habilidades e competências e desenvolver atividades artísticas, culturais e esportivas que ampliem o universo de experiências dos alunos (MINAS GERAIS, 2011g).

De acordo com o portal eletrônico da SEE MG, esse projeto atende cerca de 1820 escolas. Comparando esse número com o de escolas existentes no Estado, observa-se

que ele não atende 50% do total de escolas de Minas. Sendo um projeto estruturador que tem por finalidade atender às demandas de problemas no ensino, mas não abrangendo metade das escolas do estado, não é possível que ele tenha impacto direto na qualidade educacional de MG.

- Escola Viva, Comunidade Ativa

Projeto voltado para o fortalecimento de escolas em áreas urbanas, com população de vulnerabilidade social e sujeitas a índices expressivos de violência. Procura proporcionar a tranquilidade e as condições básicas de educabilidade no ambiente escolar para que o processo de ensino e de aprendizagem aconteça. O desafio desse projeto consiste em repensar a escola, tornando-a mais aberta à participação da comunidade e mais inclusiva.



Nas escolas participantes, são realizados investimentos na infraestrutura física, na aquisição de recursos didáticos e na informatização da escola. As escolas desenvolvem ações de caráter pedagógico, cultural, esportivo e artístico. Atualmente, 503 escolas participam do projeto. Iniciado na Capital em 2003, rapidamente se estendeu para a Região Metropolitana de Belo Horizonte. No Interior, Uberaba foi a primeira cidade a ter o projeto implantado em 13 escolas. Em 2007, houve a expansão do projeto de 189 para 503 instituições de ensino participantes, levando o Escola Viva para todas as regiões do estado, atendendo 480 mil alunos, em 102 dos maiores municípios mineiros (MINAS GERAIS, 2011h).

Considerando esse projeto como um piloto e comparando sua abrangência com o total de escolas do estado de Minas, observa-se que se trata apenas de 13% do total de escolas do estado. Nesse sentido, reafirma-se a ideia de que uma política educacional eficaz, que ofereça impacto direto à qualidade do ensino e que tenha sua realidade refletida nos indicadores das avaliações estaduais e federais deve atender a todo o estado, oferecendo as mesmas condições a todas as instituições de ensino.

4.1.2 Programas complementares

- Projeto Escolas-Referência

O Projeto Escolas-Referência faz parte de uma política do Governo de Minas Gerais, implantada a partir de 2003, tendo como lema o "desenvolvimento de ações que buscam a reconstrução da excelência na rede pública" e "a superação do fracasso escolar por meio de uma educação de qualidade, que promova a inclusão do aluno na sociedade".

Foi iniciado em 2004, com a seleção de 223 escolas escolhidas, segundo os seguintes critérios: escolas que se destacavam em sua comunidade pelo trabalho que realizavam, por sua tradição ou pelo número de alunos nos ensinos fundamental e médio, visando torná-las focos irradiadores da Educação no Estado (MINAS GERAIS, 2011i).

Ressalta-se que, atingindo somente 223 escolas estaduais, um projeto desse porte não conseguirá se multiplicar somente por meio da transmissão entre instituições, e que, para sua plena consolidação, seria necessária uma implantação na maioria, se não em todas, as instituições do estado.

- Escolas em Rede

O Projeto Escolas em Rede prevê instalação de laboratório de informática conectado à Internet em todas as escolas estaduais. O objetivo é contribuir para a redução das desigualdades regionais, por meio do desenvolvimento da cultura do trabalho em rede nas escolas públicas e da incorporação das novas tecnologias ao trabalho educativo.



O Escolas em Rede conta com os recursos disponibilizados através do Centro de Referência Virtual do Professor (CRV), além do desenvolvimento de cursos de qualificação voltados para o Ensino Médio (para professores, curso para a formação de multiplicadores e para alunos: 12 cursos de qualificação básica para o trabalho na área de informática e implantação do sistema informatizado de gestão escolar) (MINAS GERAIS, 2011j).

- Ensino Fundamental de 9 anos

Minas foi o primeiro Estado do Brasil a receber, na escola pública, alunos com 6 anos de idade. Com isso, o ensino fundamental, em Minas, passa a ter 9 anos de duração, e não 8 como era antes, com ganhos consideráveis para os alunos, pais e professores.

Frequentando mais cedo a escola, justificou, então, a SEE MG, a criança desenvolve suas habilidades e raciocínio, além de aprender os princípios de convivência social, cidadania, noções de direitos e deveres. Os professores têm mais tempo para preparar as crianças para a leitura e a escrita, melhorando o aprendizado e reduzindo a repetência e a evasão escolar. Todos os municípios mineiros aderiram ao Ensino Fundamental de 9 Anos (MINAS GERAIS, 2011k).

- Programa de Intervenção Pedagógica (PIP)

Entendendo que a avaliação só se concretiza quando os resultados são apropriados pelas escolas, de acordo com a SEE MG, em Minas, os resultados das avaliações são usados pelos educadores e gestores na definição de estratégias para melhorar o desempenho dos alunos. Em todas as escolas da rede estadual de ensino, a Secretaria orienta que professores, diretores e especialistas se reúnam para analisar os resultados das avaliações externas e elaborar o Plano de Intervenção Pedagógica, com base nos resultados do desempenho dos alunos. As escolas devem se apropriar dos resultados e convidar também os pais e responsáveis para conhecer, discutir e participar das ações propostas no plano (MINAS GERAIS, 2011l).

Conclui-se que, no que tange ao desenvolvimento de ações para a garantia de uma educação equitativa, de qualidade e que atenda sua população, de forma a garantir o direito dos alunos como cidadãos, Minas Gerais tem proposto programas e projetos que calcula-se serem subsídios suficientes. Resta saber, portanto, se, a partir desses subsídios, foram realmente implantadas políticas eficazes e que contaram com os Sistemas de Avaliação para sua elaboração, durante o período do governo compreendido entre 2003-2010. Resta saber, também, se as escolas têm aderido, de forma efetiva, a esses programa e projetos. Afinal, uma política só tem impacto sobre o cotidiano escolar se for efetivamente adotada pelas escolas e por seus docentes.

4.2 Resultados – Avaliações 2003-2010

Foram consideradas, para a execução deste trabalho, notas, no contexto do Estado de Minas Gerais, da Prova Brasil e do Saeb, bem como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de MG referentes ao ensino fundamental segunda fase no período de 2003-2010.

IDEB

8ª série / 9º ano											
	IDEB Observado			Metas projetadas							
	2005	2007	2009	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Brasil	3,5	3,8	4,0								
Santa Catarina	4,3	4,3	4,5								
Minas Gerais	3,6	3,7	4,1	3,6	3,8	4,0	4,4	4,8	5,1	5,3	5,6

<http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado/>

O Ideb total brasileiro, observado nos anos de 2005, 2007 e 2009, foi, respectivamente, de 3,5; 3,8 e 4,0. Já o Ideb total dos Estados com o melhor índice foi, no ano de 2005, de 4,3 em Santa Catarina; no ano de 2007, de 4,3 em Santa Catarina e São Paulo; e em 2009, de 4,5 novamente em Santa Catarina e São Paulo. Considera-se que o estado de Minas esteja, frequentemente, entre os Estados com melhores índices e que atingiram as metas previstas para os próximos anos – destacando-se no período de 2007 a 2009, em que seu índice elevou-se em 0,4 pontos. Porém, durante os três anos de Ideb, MG não assumiu o primeiro lugar, contrariando uma coação histórica do estado (BRASIL, 2011c).

PROVA BRASIL

Há, ainda hoje, um grande problema no que diz respeito ao entendimento dos resultados da Prova Brasil. O que pode se considerar um bom resultado? A mesma escala é utilizada para a quarta série (quinto ano) e para a oitava série (nono ano)? Qual é a nota máxima (a ser atingida) para os dois níveis do ensino fundamental?

Para responder tais questionamentos e conhecer, entender e analisar os resultados, deve-se refletir um pouco mais sobre a forma de elaboração, finalidade e quantificação dos resultados da mesma. Apesar do nome de prova, a Prova Brasil é, na realidade, um teste composto apenas de itens calibrados e pertencentes a uma escala previamente definida (BRASIL, 2008).

Se o aprendizado da leitura é um direito, é necessário definir operacionalmente o que é saber ler para uma criança de 11 anos ou um jovem de 14. A sociedade, diante dessa questão, apresentaria um grande repertório de textos de gêneros, tamanhos, complexidade e temas diferentes que, se lidos e entendidos, atestaria, o domínio da competência leitora. Isto é essencialmente o que é feito pela Prova Brasil para definir a escala de medida da competência leitora, embora este grande repertório de textos não exista fisicamente. O importante é entender que os textos que são lidos pelos alunos na Prova Brasil foram analisados previamente e, quando o aluno acerta ou erra cada item, sabemos em que nível de leitura se encontra. Cada aluno recebe uma nota que é expressa na escala de 0 a 500. Há razões técnicas para uso desses números pouco intuitivos. (BRASIL, 2008)

A nota de leitura de alunos nessa prova, por exemplo, é classificada em 8 níveis. Isto se dá porque a mesma escala é utilizada para registrar a nota dos alunos de ambos os níveis do ensino fundamental (BRASIL, 2008).

No entanto, conforme definido em documento do Ministério da Educação, é necessário estabelecer acima de quais níveis os alunos estão e, para isso, diferentes organizações e municípios estão definindo sua nota de corte, que, para o movimento Compromisso Todos pela Educação, deve ser acima de 200 pontos para a 4ª série e acima de 275 para a 8ª série (BRASIL, 2008).

No que se refere aos temas, descritores e habilidades estabelecidos para essa avaliação, destacam-se os seguintes tópicos em Língua Portuguesa: procedimentos de leitura; implicações do suporte, do gênero e/ou do enunciador na compreensão do texto; relação entre textos, coerência e coesão no processamento do texto; relações entre recursos expressivos e efeitos de sentido e variação linguística (BRASIL, 2008).

Quanto à matriz de matemática, para cada ano são definidos descritores que indicam uma determinada habilidade que deve ter sido desenvolvida em uma fase do ensino e esses descritores são organizados em temas, que se relacionam a um conjunto de objetivos educacionais, são eles: - Tema 1: Espaço e forma e - Tema 2: Grandezas e Medidas (BRASIL, 2008).

Prova Brasil – Ranking de estados brasileiros									
8ª série / 9º ano									
Notas Observadas									
	Estados	2005		Estados	2007		Estados	2009	
		L. Portuguesa	Matemática		L. Portuguesa	Matemática		L. Portuguesa	Matemática
1º	MS	233,04	248,81	MS	238,48	252,16	MG	249,95	257,54
2º	DF	232,11	248,71	RS	239,11	251,37	RS	249,51	256,99
3º	SC	227,77	247,59	DF	238,00	252,20	MS	251,61	253,68
4º	ES	228,33	245,50	MG	237,24	252,60	SC	247,12	254,79
5º	RS	227,65	243,74	PR	235,71	252,18	PR	246,45	250,97

Fonte dos dados individualizados, por estado: INEP¹

Em 2005, Minas ficou bastante aquém do quinto colocado. Esse resultado deve estar associado ao fato de que, na segunda metade da década de 90, Minas resolveu acabar com a reprovação no estado, sem adotar medidas que melhorassem a qualidade do ensino e resultassem na melhor aprendizagem.

Observa-se, portanto, que o governo 2003-2010 lutou contra esse fato e que, possivelmente, seja esse o motivo do retardo na elevação de seus indicadores na Prova Brasil, como pôde ser observado.

Em 2007, Minas Gerais entra no rol dos cinco estados com resultados mais significativos e, em 2009, ocupa o primeiro lugar.

8ª série / 9º ano			
Minas Gerais – MG			
Notas observadas			
	2005	2007	2009
Língua Portuguesa	225,31	(+11,93) 237,24	(+12,71) 249,95
Matemática	243,00	(+9,60) 252,60	(+4,94) 257,54

(BRASIL, 2011d)

Em face do exposto, podemos inferir que o Estado de Minas, durante os últimos anos de realização dessa prova (2007-2009), se manteve entre os cinco primeiros colocados, embora esteja longe de alcançar a meta proposta pelo movimento Compromisso Todos pela Educação, que seria de 275 pontos para os alunos da segunda fase do Ensino Fundamental, considerando-se que seu aumento total, de 2005 a 2009, não é maior que o total de pontos previstos para atingir a meta citada – Minas se desenvolveu menos do que ainda será necessário. Deve-se considerar, também, que houve aumento nos indicadores da Prova Brasil, mas que é preciso levar em conta vários outros fatores que têm impacto na qualidade educacional e não são considerados nessa prova.

¹ As tabelas expostas foram elaboradas pela autora do presente artigo.

SAEB

8ª série / 9º ano						
Minas Gerais – MG						
Escolas Urbanas Estaduais de Minas Gerais						
Anos	Notas Observadas					
	1995	1997	1999	2001	2003	2005
Língua Portuguesa	262,9	251,7	232,0	238,1	224,9	234,5
Matemática	259,0	256,8	245,0	250,9	244,6	251,6

Ministério da Educação / INEP

Ressaltando, na tabela acima, o período compreendido entre 2003 a 2005, pode-se observar que o governo de Minas, no que se refere à área educacional, vinha de um período de forte declínio em seus indicadores e que, não só pela eficiência e investimentos, o governo que assumiria no período seguinte tinha, por obrigação, analisar e buscar alternativas rápidas e eficientes para solucionar os problemas que, no momento, se mostravam em evidência.

É fato que o governo promoveu políticas que visassem à melhoria da qualidade do ensino do estado de Minas, uma vez que, logo após sua posse e início de trabalhos, foram evidenciados resultados significativos e cada vez mais crescentes, por meio das avaliações da União. O que deve acontecer, a partir de então, é a continuidade nas políticas que se mostraram pertinentes e/ou eficientes após sua adoção, uma vez que, para se obter um resultado eficaz com a criação, o desenvolvimento e a implantação de políticas públicas educacionais, é necessário continuidade e investimento. Há um longo caminho a percorrer, pois os números ainda estão longe das metas e o que se assiste até agora é a interrupção de uma tendência fortemente declinante na qualidade do ensino oferecido pelas escolas estaduais mineiras.

5 Considerações finais

Embora Minas tenha conseguido um aumento em seus indicadores de desempenho educacional, foi durante o período 2003-2010, com o aperfeiçoamento e a ampliação do SIMAVE, que constataram-se melhoras significativas nos indicadores e, conseqüentemente, na qualidade da educação no estado.

Entende-se que essa melhora tem relação direta com o desenvolvimento do SIMAVE, uma vez que, obtendo resultados confiáveis e com base em dados específicos, o estado conseguiu interferir, por meio de ações desenvolvidas e implantadas no processo educativo, dedicando maior atenção às regiões necessitadas (com baixos índices) e ao desenvolvimento de projetos que visassem sanar as deficiências, de acordo com as especificidades de cada região e/ou escola.

Apesar da melhoria nos indicadores, Minas precisa agir com foco com relação às suas ações da área educacional, pois percebe-se que esse estado tenta suprir suas deficiências em diversos setores, por meio da educação, uma vez que seus projetos são, em sua maioria, voltados à áreas sociais e não especificadamente educacionais. É

necessário levar em conta o processo educativo, no que diz respeito ao pleno desenvolvimento do cidadão, entretanto, deve-se investir, também, em outros setores (com a criação de políticas públicas) a fim de que esses possam influenciar positivamente na melhoria da qualidade educacional.

Nota-se que um dos principais pontos de estrangulamento da política educacional brasileira, já mostrado em exaustão pela imprensa nacional e local, é a insatisfação do quadro de profissionais da educação.

No que diz respeito ao estado, os professores mineiros têm lutado até pelo piso salarial, que é ganho já garantido pelo Congresso Nacional e pelo Supremo Tribunal Federal. Nesse sentido, reflete-se: se o professor é um sujeito da educação e se sua satisfação influi diretamente em seu desempenho, esse deveria ser um foco de atuação das políticas educacionais, entretanto, não observado em nenhum dos programas/projetos do período estudado.

Políticas de valorização do magistério e da docência em geral, acompanhadas por políticas de formação continuada, são essenciais se o governo de Minas pretende atingir a meta brasileira ou até superá-la, considerando que ela não colocará Minas Gerais entre os sistemas de destaque no mundo emergente.

Em um mundo globalizado, ser o melhor do país não é o suficiente, é apenas o primeiro passo.

Referências

ARAUJO, Carlos Henrique; LUZIO, Nildo. *Avaliação da educação básica: em busca da qualidade e equidade no Brasil*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira, 2005. 71p. Disponível em: <<http://www.publicacoes.inep.gov.br/detalhes.asp?pub=4011>>. Acesso em: 19 mai. 2011.

BARRETO, Elba Siqueira de Sá. A avaliação na Educação Básica: entre dois modelos. In: *Revista Educação e Sociedade*. Campinas: CEDES, ano XXII, n.75, ago. 2001, 49-66.

BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor de; SOUSA, Luzia Costa de. *Metodologia de avaliação em políticas públicas: uma experiência em educação profissional*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2003. 96p.

BRASIL. Casa Civil-Subchefia para assuntos jurídicos. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 24 mai. 2011.

BRASIL. Casa Civil-Subchefia para assuntos jurídicos. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 24 maio. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. *Plano de Desenvolvimento da Educação e Prova Brasil: matrizes de referencia, tópicos e descritores*. Brasília: MEC; SEB; Inep, 2008. 193 p.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Prova Brasil e Saeb*. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/prova-brasil-e-saeb/prova-brasil-e-saeb>>. Acesso em: 09 out. 2011a.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica*. Disponível em: <<http://portalideb.inep.gov.br/>>. Acesso em: 09 out. 2011b.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica*. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/home.seam?cid=1130885>>. Acesso em: 21 out. 2011c.

BRASIL. Ministério da Educação. *Prova Brasil*. Disponível em: <http://sistemasprovabrasil2.inep.gov.br/ProvaBrasilResultados/home.seam>. Acesso em: 22 out. 2011d.

FRANCO, Creso; ALVES, Fátima; BONAMINO, Alicia. A qualidade do ensino fundamental: políticas, suas possibilidades, seus limites. In: *Revista Educação e Sociedade*. Campinas: CEDES, v.28, n.100, out. 2007, p.989-1014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 1985. 238p.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. *Missão e Valores*. Disponível em: <<https://www.educacao.mg.gov.br/institucional/lei-delegada-122-2007>>. Acesso em: 09 out. 2011.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. *Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública*. Disponível em: <<https://www.educacao.mg.gov.br/projetos/projetos-estruturadores/421-simave>>. Acesso em: 09 out. 2011a.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. *Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar*. Disponível em: <http://paae.institutoavaliar.org.br/sistema_ava_v2/default.aspx?id_objeto=23967&id_pai=23967&area=AREA>. Acesso em: 09 out. 2011b.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. *Programa de Avaliação da Alfabetização*. Disponível em: <<http://www.simave.caedufjf.net/simave/proalfa/home.faces>>. Acesso em: 09 out. 2011c.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. *Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica*. Disponível em: <<http://www.simave.caedufjf.net/simave/proeb/home.faces>>. Acesso em: 09 out. 2011d.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. *Programa de capacitação à distancia para gestores escolares*. Disponível em: <<https://www.educacao.mg.gov.br/projetos/projetos-estruturadores/423-novos-padroes-de-gestao-e-atendimento>>. Acesso em: 23 out. 2011e.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. *Programa de desenvolvimento profissional*. Disponível em: <<https://www.educacao.mg.gov.br/projetos/projetos-estruturadores/422-programa-de-desenvolvimento-profissional-pdp>>. Acesso em: 23 out. 2011f.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. *Escola de Tempo Integral*. Disponível em: <<https://www.educacao.mg.gov.br/projetos/projetos-estruturadores/420-escola-de-tempo-integral>>. Acesso em: 23 out. 2011g.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. *Escola Viva, Comunidade Ativa*. Disponível em: <<https://www.educacao.mg.gov.br/projetos/projetos-estruturadores/363-escola-viva-comunidade-ativa>>. Acesso em: 23 out. 2011h.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. *Escolas Referência*. Disponível em: <<https://www.educacao.mg.gov.br/projetos/projetos-complementares/1644-projeto-escolas-referencia>>. Acesso em: 23 out. 2011i.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. *Escolas em rede*. Disponível em: <<https://www.educacao.mg.gov.br/projetos/projetos-complementares/416-escolas-em-rede>>. Acesso em: 23 out. 2011j.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. *Ensino Fundamental de 9 anos*. Disponível em: <<https://www.educacao.mg.gov.br/projetos/projetos-complementares/368-ensino-fundamental-de-9-anos>>. Acesso em: 23 out. 2011k.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. *Programa de Intervenção Pedagógica*. Disponível em: <<https://www.educacao.mg.gov.br/projetos/projetos-complementares/359-programa-de-intervencao-pedagogica-pip>>. Acesso em: 23 out. 2011l.

PERONI, Vera Maria Vidal. *Política educacional e papel do Estado: no Brasil dos anos 1990*. São Paulo: Xamã, 2003. 207 p.

PRADO, Darci Santos do; OLIVEIRA, Warlei Agnelo de. *Projetos Estruturadores no Governo de Minas Gerais: a experiência do gerenciamento e reflexões sobre o futuro*. Project Management Institute: Joinville, 2006. Disponível em:

<http://www.pmisc.org.br/open.php?pk=37&fk=50&id_ses=4&canal=1>. Acesso em: 16 out. 2011.

SOUSA, Sandra Maria Zákia Lian de. Avaliação do rendimento escolar como instrumento de gestão educacional. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade (org.). *Gestão Democrática da Educação: desafios contemporâneos*. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1997. cap. 10. p. 264-283.

TEIXEIRA, Beatriz de Basto, OLIVEIRA, Dalila Andrade. Os eixos organizadores da educação no Brasil. In: MINAS GERAIS. Secretaria do Estado da Educação. *Coleção Veredas: formação superior de professores*. Belo Horizonte: SEE-MG, 2002. módulo 1, v 4. p. 131-143.

UNESCO. *Declaração Mundial sobre educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*. Jomtien, 1990. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em: 24 mai. 2011.